



Prestação de contas de 2017

Notas explicativas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Notas explicativas ao Balanço

Balanço 2017

Activo				Fundos Próprios e Passivo	
	AB	AP	AL		
Imobilizado				Fundos Próprios	
<i>Domínio Público</i>	38.564.825,60	19.714.351,44	18.850.474,16	<i>Património</i>	67.460.180,74
<i>Imob. Incorpóreas</i>	1.779.099,25	1.779.099,25		<i>Ajust. part. capital</i>	18.374,89
<i>Imob. Corpóreas</i>	163.491.682,21	58.607.224,75	104.884.457,46	<i>Reservas</i>	38.845.348,69
<i>Invest. Financeiros</i>	2.405.332,90		2.405.332,90	<i>Resultados Transitados</i>	892.863,43
Circulante				<i>Resultado Líquido</i>	1.242.751,24
<i>Existências</i>	240.905,34		240.905,34	Passivo	
<i>Dívidas de Terceiros CP</i>	25.036.906,88	4.980.790,57	20.056.116,31	<i>Prov. riscos enc.</i>	3.520.907,14
<i>Disponibilidades</i>	3.487.205,40		3.487.205,40	<i>Dívidas a Terceiros ML</i>	14.914.064,93
<i>Acréscimos e diferimentos</i>	1.209.394,02		1.209.394,02	<i>Dívidas a Terceiros CP</i>	7.249.612,02
Total	236.215.351,60	85.081.466,01	151.133.885,59	<i>Acréscimos e diferimentos</i>	16.989.782,51
				Total	151.133.885,66

Classe 4 – Imobilizado*

Activo Bruto	
Bens de Domínio Público	
Terrenos e recursos naturais	866.747,44
Outras construções e infra-estruturas	33.049.487,75
Bens de património histórico, artístico e cultural	2.465.529,74
Imobilizações em curso	2.183.060,67
Imobilizações Incorpóreas	
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.779.099,25
Imobilizações em curso	
Imobilizações Corpóreas	
Terrenos e recursos naturais	42.848.747,06
Edifícios e outras construções	87.015.137,26
Equipamento Básico	11.587.796,39
Equipamento de transporte	9.608.923,03
Ferramentas e utensílios	1.288.502,92
Equipamento administrativo	8.615.001,51
Outras Imobilizações corpóreas	506.563,94
Imobilizações em curso	2.021.010,10
Investimentos Financeiros	
Partes de capital	2.405.332,90

*Ver notas explicativas da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e do Património.

Classe 3 – Existências

As aquisições das existências são valorizadas à saída de armazém ao custo médio ponderado, sendo o saldo final de €240.905,34.

Classe 2 – Terceiros

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros atingiram no ano de 2017 o valor de €25.695.105,53, estando decomposta no balanço da seguinte forma:

€				
Conta	Contribuintes	Utentes	Outros	Total
212	14.635.156,91			14.635.156,91
213		1.667.320,54		1.667.320,54
268			3.380.917,44	3.380.917,44
218	342.811,56	4.169.575,80	468.403,21	4.980.790,57
271	666.260,78	348.414,61	8.610,79	1.023.286,18
282			7.633,89	7.633,89
Total	15.644.229,25	6.185.310,95	3.865.565,33	25.695.105,53

As dívidas de terceiros sofreram uma diminuição em relação ao ano anterior na ordem dos €509.090,54, continuando as taxas urbanísticas das AUGIS com um maior peso nas dívidas de terceiros, na ordem dos 38% (9.686.357,19), seguido dos impostos diretos (IMI, IMT, IUC e CA) em dívida na Autoridade Tributária no montante global de €4.745.256,99.

Houve um aumento na constituição de provisões para cobranças duvidosas, na ordem dos €543.401,46, como se constata no quadro seguinte:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões de cobrança duvidosa	4.718.980,82	543.401,46	281.591,71	4.980.790,57

Estão ainda constituídas provisões para riscos e encargos no montante global de €3.520.907,14, respeitantes a processos judiciais em curso, esse montante inclui uma provisão (€2.800.000,00) constituída em fase da expectativa negativa da não ocorrência das obras de construção do complexo desportivo, habitação com espaço comercial complementar, central de camionagem e parque de estacionamento, apesar de reverter para o município o terreno alienado anteriormente na Av. da Liberdade, se as obras referidas não vierem a ser concretizadas, como se verifica no quadro abaixo:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para riscos e encargos	3.495.907,14	25.000,00		3.520.907,14

Dívidas a terceiros

Curto prazo

As dívidas a terceiros de curto prazo apuradas no final do exercício de 2017, ascendia os €2.967.225,53, em termos de comparação com o ano anterior, diminuiu na ordem dos €637.195,72.

Esta dívida encontra-se esplanada da seguinte forma no balanço:

Conta	Fornecedores c/c	Fornecedores Imobilizado	Consultores e assessores	Estado/ADSE	Outros
221	592.531,90				
228	966.291,07			230.109,55	81.518,92
245				31.691,16	
2611		689.917,60			
2618		316.279,62			
264					
268					58.885,71
Total	1.558.822,97	1.006.197,22		261.800,71	140.404,63

Consta ainda no passivo de curto prazo, a amortização dos empréstimos de médio e longo prazo a pagar em 2018, no valor de €1.861.891,38.

Está contabilizado na conta 2192 – Adiantamentos de Contribuintes verbas referentes a protocolos de adiantamento de taxas urbanísticas por dispensa da garantia para execução de obras de urbanização, o montante de €777.000,00.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo (outros credores e Estado e outros entes públicos) encontra-se registado o valor de €1.411.802,11 referente a operações de tesouraria, bem como o montante de €231.693,00 da componente de curto prazo do FAM.

Médio Longo prazo

Quanto às dívidas a terceiros de médio e longo prazo, atingiu no final do ano o valor de €14.914.064,93, dos quais €695.075,90 são referentes a outros credores (Contribuição dos Municípios para o Capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM)), sendo que o valor em dívida a instituições de crédito era de €14.218.989,03.

Também nas dívidas de médio de longo prazo houve uma diminuição de €1.813.592,58 em comparação com o ano anterior.

Ressalva-se por último, que o montante em dívida da realização do FAM, não releva para o limite da dívida total, de acordo com o n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos de proveitos constantes no Activo dizem respeito a planos de amortizações de dívidas em atraso no montante de €178.731,89. Ainda nesta rubrica encontra-se o montante dos impostos referentes a Dezembro de 2017, que serão arrecadados em Janeiro de 2018 no montante de €666.260,78. Por último, incluem-se ainda €37.673,43 referente à renda da Ambinecro (anos de 2015, 2016 e 2017), o montante de €8.068,01 referente à verba de Dezembro do estacionamento da EMPARK e os dividendos da Amarsul no valor de €8.610,79 (estimado), tudo valores a receber em 2018.

O valor de €186.107,84 de custos diferidos, também referidos no Activo, reflecte o valor das rendas, seguros e antecipação de subsídios pagos em 2017, mas relativas a 2018.

Quanto aos valores constantes no Passivo, ressalva-se o valor de €2.361.424,73 referente aos acréscimos de custos das remunerações a liquidar em 2018 (subsídio de férias e respectivos encargos sociais). Igualmente consta o montante de €1.299.743,99, referente à reparação e conclusão das obras de infra-estruturas e arranjos exteriores na área abrangida pela AUGI 24- Ribeira do Marchante. Consta ainda um valor de €324.789,60 referente à troca de bens futuros por bens presentes.

Por último, o valor de €12.952.818,00 dos proveitos diferidos que corresponde em grande parte às transferências de capital recebidas com destino a custear obras em curso, que quando terminarem serão considerados proveitos durante a vida útil do investimento.

Classe 1 – Disponibilidades

O valor das disponibilidades registadas na conta 12 – Depósitos em instituições financeiras €3.475.341,21, assim como o da conta 11 – Caixa €11.864,19, corresponde ao saldo existente em tesouraria no final do ano.

Classe 5 – Fundos Patrimoniais

O valor global dos Fundos próprios atingiu no ano de 2017 os €108.459.518,99, tendo registado um aumento de € 2.501.983,62 relativamente ao ano transacto, influenciado principalmente pelo resultado líquido positivo do exercício de 2017 no valor de €1.242.751,24.

Notas explicativas à Demonstração de Resultados

Código contas POCAL		2017	2016	Variação%
	Custos e Perdas			
61	CMVMC	1.006.551,17	904.788,08	11,25
62	Fornecimentos e serviços	11.735.800,94	10.918.732,61	7,48
621	Subcontratos	2.827.697,99	2.680.345,95	5,50
622	Fornecimentos e serviços	8.908.102,95	8.238.386,66	8,13
62211	Electricidade	2.190.260,73	2.124.043,94	3,12
62219	Rendas e alugueres	677.245,84	556.301,61	21,74
62222	Comunicação	401.936,72	428.162,17	-6,13
62229	Honários	731.152,12	655.481,14	11,54
62232	Conservação e reparação	1.106.676,71	1.003.949,70	10,23
62236	Trabalhos especializados	1.145.654,76	1.008.186,20	13,64
62238	Transp.escolares/assoc. colectividades	476.961,55	477.515,35	-0,12
62298102	Refeições confencionadas	413.733,77	418.166,18	-1,06
62298201	Encarg.cobr.Impostos	467.144,59	477.184,83	-2,10
641+642	Remunerações	13.680.408,51	13.197.573,08	3,66
643 a 648	Encargos sociais	3.835.764,17	3.874.053,01	-0,99
63	Transf. subs corr. conc prest.sociais	2.929.664,94	2.302.983,36	27,21
66	Amortizações do exercício	6.268.878,97	6.215.478,56	0,86
67	Provisões do exercício	568.401,46	1.006.159,27	-43,51
65	Outros custos e perdas operacionais	27.596,05	21.905,24	25,98
68	Custos e perdas financeiras	411.400,97	542.343,83	-24,14

69	Custos e perdas extraordinárias	1.557.483,23	1.402.339,61	11,06
88	Resultado líquido do exercício	1.242.751,24	1.780.411,56	10,91
	Proveitos e Ganhos			
	Vendas e prestações de serviços:			
7111	Vendas de mercadorias	16.123,71	13.918,96	15,84
7112+7113	Vendas de produtos	3.321.637,03	2.953.254,57	12,47
71121	Água	2.906.083,94	2.536.165,40	14,59
712	Prestações de serviços	9.371.251,62	9.077.097,96	3,24
71207020901	Saneamento	3.944.294,83	3.640.344,25	8,35
71207020902	Resíduos sólidos	2.805.845,45	2.740.989,16	2,37
712070299902	Quota serviço fornecimento água	1.874.337,56	2.030.240,28	-7,68
713	Rendas	286.491,88	214.508,79	33,56
715	Reembolsos	-359,55	-23.416,59	-98,46
716	Anulações vendas e prest. serviços	-13.727,89	-438,33	3.031,86
72	Impostos e taxas	20.394.689,06	20.773.306,69	-1,82
721010202	IMI	13.042.743,23	12.702.739,55	2,68
721010203	IUC	902.973,21	819.558,80	10,18
721010204	IMT	4.353.469,63	3.354.008,76	29,80
721010205	Derrama	326.449,57	233.725,03	39,67
72404012302	Loteamentos e obras	1.452.659,86	3.374.482,67	-56,95
73	Proveitos suplementares	173.611,39	172.185,77	0,83
74	Transf. e subsídios obtidos	6.391.268,92	6.000.059,82	6,52
7421115	FEF corrente	1.785.998,00	1.616.414,00	10,49
7421116	FSM	774.355,00	774.355,00	0,00
7421117	IRS	2.278.396,00	2.478.092,00	-8,06
7421125	FEF capital	212.618,00	178.164,00	19,34
75	Trabalhos para a própria entidade	130.295,70	0,00	
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.140.507,83	1.273.248,52	-10,43
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.052.911,95	1.713.042,05	19,84

O Município de Sesimbra encerrou as contas referentes ao exercício de 2017, com um resultado líquido positivo de €1.242.751,24.

A demonstração de resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2017, sintetizada no quadro abaixo:

	Valor
Resultados operacionais	18.215,66
Resultados financeiros	729.106,86
Resultados correntes	747.322,52
Resultado líquido do exercício	1.242.751,24

Resultados Operacionais

<i>Proveitos Operacionais</i>	<i>Valor</i>	<i>Custos Operacionais</i>	<i>Valor</i>
		Custo mat. vend. mat. consu.	1.006.551,17
Vendas e prestações de serviços	12.981.416,80	Fornecimentos e serviços externos	11.735.800,94
Impostos e taxas	20.394.689,06	Custos com o pessoal	17.516.172,68
Trabalhos para a própria entidade	130.295,70	Transf. Subsídios concedidos	2.929.664,94
Proveitos suplementares	173.611,39		
Transf. Subsídios obtidos	6.391.268,92	Amortizações e provisões	6.268.878,97
Variação da produção		Outros custos e perdas operac.	27.596,05

Os proveitos operacionais estão fortemente influenciados pelas:

- Vendas de água (€2.906.083,94), quota de serviço fornecimento de água (), saneamento (€3.944.294,83) e resíduos sólidos (2.805.845,45);
- Impostos directos nos quais se destacam o IMI (€13.042.743,23), IMT (€4.353.469,63), IUC (€902.973,21) e a Derrama (€326.449,57);
- Nas taxas os loteamentos e obras com um valor de €1.452.659,86;
- Nas transferências destacam-se as provenientes do Orçamento de Estado (€5.051.367,00) e as transferências de capital dos proprietários da Lagoa de Albufeira e Quinta do Conde para comparticipação de obras de infraestruturas no valor de €480.579,08;

Os custos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

<i>Proveitos Financeiros</i>	<i>Valor</i>	<i>Custos Financeiros</i>	<i>Valor</i>
Proveitos e ganhos financeiros	1.140.507,83	Custos e perdas financeiros	411.400,97

Os proveitos financeiros são provenientes principalmente das rendas de concessão da PR1 (EDP) no valor de €988.738,36, já os custos dizem respeito ao pagamento dos juros dos empréstimos bancários e respectivos encargos.

Resultados Extraordinários

<i>Proveitos Extraordinários</i>	<i>Valor</i>	<i>Custos Extraordinários</i>	<i>Valor</i>
Proveitos e ganhos extraordinários	2.052.911,95	Custos e perdas extraordinários	1.557.483,23

Os custos e perdas extraordinários dizem respeito aos diversos subsídios e transferências de capital para as diversas instituições do concelho (€800.872,19), existe ainda o valor de €85.091,23 referente a dívidas incobráveis e por último o montante de € 386.737,44 referente a perdas em imobilizações (Ver notas explicativas da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e do Património).

Relativamente aos proveitos e ganhos extraordinários, destacam-se as transferências de capital dos subsídios para investimento no valor de €716.671,58 e os benefícios de penalidades contratuais (multas, juros de mora, taxas de relaxe e coimas) no valor de €134.721,36.

Sesimbra, 21 de Março de 2018



8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados do exercício de 2017

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogadas

- *A inventariação do imobilizado* – (ver notas na presente edição e notas explicativas da Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património);

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como os métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

Imobilizado

De um modo genérico, as imobilizações foram valorizadas ao custo de aquisição de acordo com o previsto no ponto 4.1.1- Imobilizações do POCAL.

Quando não foi possível obter o custo de aquisição para bens de imobilizado considerou-se como valor, o resultante de avaliação utilizado os métodos previstos na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Para o cálculo das Amortizações seguiu-se o disposto na Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (CIBE).

Os Investimentos Financeiros estão registados ao custo de aquisição.

Existências

As existências nas entradas em armazéns são valorizadas ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.2 – Existências, do POCAL.

Provisões

Para o cálculo das Provisões de Cobrança Duvidosa, utilizou-se o critério previsto no ponto 2.7.1 do POCAL que refere:

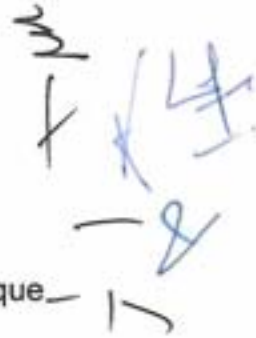
- a) – 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) – 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, (o que nos termos do artigo 35.º do Código do IRC), se verifica nos seguintes casos:

- a) O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e protecção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
- b) As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
- c) As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respectivo vencimento e existam provas de terem sido efectuadas diligências para o seu recebimento.

Ora é precisamente neste último ponto (c) que o Município de Sesimbra começa o seu trabalho de verificação dos pressupostos para a constituição de uma Provisão, através da informação fornecida pelo Serviço de Execução Fiscal, que tem a incumbência da cobrança de dívidas em atraso e que efectua as diligências necessárias para a sua cobrança. O prazo da mora (contagem) de referência para a constituição da provisão é o do momento em que o valor da dívida é inserido na aplicação informática do Serviço de Execução Fiscal. Acresce ainda, que relativamente às Dívidas fornecidas pela Divisão Contratação de Serviços Urbanos essas tem sido objecto de tratamento isolado e o critério tem sido o de antiguidade de saldos, tendo sido feitas provisões aos valores em dívida até ao ano de 2016.

Relativamente às dívidas dos Impostos Municipais comunicadas pela Autoridade Tributária, pelo facto de o Município de Sesimbra, as considerar de razoável cobrabilidade e pelo facto de desconhecer em pormenor se essas dívidas enquadram-se nas situações elencadas nos termos do artigo 35 do Código do IRC, foi opção do Município de Sesimbra até à presente prestação de contas não constituir provisões de cobrança duvidosa.



Acréscimos e Diferimentos

Os custos e proveitos são reconhecidos pelo valor dos documentos que os titulam.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são reconhecidas pelo valor dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

Os valores em caixa correspondem ao montante em numerário que existia ao cuidado do tesoureiro no dia 31 de Dezembro de 2017.

Os pagamentos são reconhecidos no momento em que é emitido o meio de pagamento e colocado à disposição da entidade.

8.2.6 – Comentário às contas 431 “Despesas de instalação” e 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”.

Durante o exercício de 2017, o movimento ocorrido no valor de custos das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações foi o seguinte:

Ver anexo

8.2.7 – Movimentos do Activo Imobilizado

Ver anexo

Ver notas explicativas e documentação da Divisão de Gestão do Património.

8.2.8 – Movimentos das Amortizações e Provisões

Ver anexo

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizado, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Neste exercício, os juros suportados referentes a empréstimos destinados à compra ou produção de imobilizações, não foram imputados contabilisticamente a esse imobilizado.

8.2.12 – Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, para cada uma das contas, de:

Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Nas freguesias de Santiago e Castelo estão implantadas em propriedade alheia os seguintes imóveis:

- Depósito de água da Azóia;
- Depósito de água do Casalão (há uma parte do terreno que ainda não pertence à Autarquia);
- Parque de Campismo do Forte no Cavalo;
- Escola Ensino Básico n.º 2 do Zambujal;
- ETAR de Sesimbra, todos constantes da "listagem dos bens imóveis por regularizar";

Na Freguesia da Quinta do Conde há vários edifícios municipais implantados em propriedade alheia, por se tratar de uma zona de reabilitação urbanística que aguarda ainda a concretização de permutas ou compra e venda de terrenos com particulares, estando, neste momento, o processo a ser dinamizado;

Continuam a existir dúvidas relativamente à localização de algumas infraestruturas da rede de águas e saneamento que, eventualmente poderão não estar implantadas em terrenos Municipais, os quais por motivos de viabilização daquelas infraestruturas merecem aprovação dos respectivos proprietários.

Imobilizações Reversíveis

No corrente exercício por deliberação de Câmara em 02/12/2015 e 08/06/2016, o contrato de concessão para a Exploração do Parque de Campismo da Maça (propriedade do Município), celebrado em 3 de Novembro de 1988 com o Clube de Campismo de Almada, foi resgatado, tendo o parque e respectivos edifícios revertido para o Município de Sesimbra, com efeitos a 01/01/2017, com o objectivo de transformar o recinto, designado por "Parque Augusto Pólvora", num espaço de recreio, convívio e lazer e disponibilizá-lo ao público,

←

3 1 4 8

aproveitando a sua excelente localização, junto a várias escolas e com uma vista privilegiada para a Serra da Arrábida.

Consequentemente, para transformação do espaço foram realizadas diversas obras de demolição e remoção de materiais e respectiva limpeza, posteriormente foram realizadas outras obras de beneficiação e novas infraestruturas e equipamentos, designadamente: beneficiação às duas instalações Sanitárias e outra instalação sanitária com balneários, aos edifícios existentes (edifício entrada, restaurante e cafetaria, edifício do serviço de espaços verdes), ao polidesportivo, novas infraestruturas de saneamento, água e electricidade, novos equipamentos estação fitness, parque infantil, Skate Parque, centro de apoio a actividades de ar livre, denominado de Ecotrilhos, para apoio, sobretudo, a praticantes de trail e bicicletas de todo o terreno (BTT), com um ponto de lavagem de bicicletas, às duas zonas de piquenique com mesas, churrasqueiras e pontos de água, ao espaço preparado para receber feiras temáticas, zonas de descanso, contemplação e lazer, ligadas por um percurso pedonal acompanhado por bancos, iluminação e pontos de água. Para além disso, tem um conjunto de equipamentos com várias finalidades, que diversificam a oferta e vão atrair públicos com interesses muito distintos.

Assim, conforme mapa "Demonstrativo das Alterações ao Inventário no Exercício", foram inventariados 7 imóveis (n.ºs de inventário 2759 a 2765), designadamente: Parque "Augusto Polvora" – Infraestruturas; edifícios: edifício restaurante e cafetaria, edifício de recepção, edifício DAU, 2 instalações sanitárias e 1 instalação sanitária com balneário, aos quais foram atribuídos os valores das grandes beneficiações apurados nas empreitadas e facturas (apuramento de outros custos).

Imobilizações cedidas por concessão

No exercício de 2017 continuam cedidos com contrato de "Concessão de Exploração" os imóveis:

- Cafetaria do Centro Documental Rafael Monteiro;
- Cafetaria da Fortaleza de Santiago;
- O Snack-Bar e o Minimercado do Parque de Campismo do Forte do Cavalo;
- Pavilhões para o uso de "Restauração e Bebidas" e "Papeleria" instalados no Mercado Levante da Lagoa de Albufeira;
- Infraestruturas "em alta" de saneamento de águas residuais municipais.
- Quiosque destinado a Cafetaria, instalado pelo concessionário em terreno municipal, no Parque da Vila da Quinta do Conde.
- Lojas no Edifício do Mercado da Quinta do Conde;
- Quiosque destinado a Cafetaria, com casa de banho adaptada no Jardim de Santana;
- Parques de Estacionamento na Vila de Sesimbra;

- Crematório da Quinta do Conde.
- Cafetaria do edifício da Biblioteca e Cineteatro Municipal de Sesimbra;

Direitos de Superfície Cedidos

- Terreno nº 265 à Associação Portuguesa de Kiúdo, cedido até 2055
- Lojas N.ºs 1616, 1618, 1619 e 1620 sitas no Largo da Marinha, em Sesimbra por cinquenta anos, prorrogável por mais trinta, a contar da data das respectivas escrituras.
- Terreno à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P., destinado a equipamento e zona verde, para construção e exploração da Extensão de Saúde da Quinta do Conde, pelo prazo de 70 anos e prorrogável, uma ou mais vezes por períodos de 35 anos.

Bens de Domínio Público

Terrenos cedidos por Alvarás de Loteamento:

Com o objetivo de serem identificados e, posteriormente, inventariados todos os terrenos cedidos por alvará de loteamento para integração no domínio público municipal, foi iniciada há alguns anos a pesquisa dos registos dos livros de "Registo de Alvarás" e de "Escrituras", do Serviço de Notariado, a identificação das áreas cedidas através das plantas arquivadas nos respetivos processos de loteamento do DGPU e confrontados os dados obtidos com as descrições da Conservatória do Registo Predial.

A informação obtida tem sido registada em listagem, elaborada em Excel, onde constam os elementos já confirmados.

No entanto, a inventariação no sistema informático de "Inventário e Cadastro" da Autarquia destes terrenos carece ainda de confirmação de áreas cedidas e da definição de critérios de valorização (dado estes elementos não constarem nos Alvarás nem nos registos da Conservatória anteriores a 1990).

Rede Viária:

Por não haver um levantamento integral com a identificação e valorização da rede viária das Freguesias de Santiago e Castelo (à semelhança do que foi já efetuado para a inventariação da rede viária da freguesia da Quinta do Conde), estas vias de comunicação foram

inserir no inventário como "Empreitada" nos termos referidos no ponto 2 deste relatório - "Imobilizações em Curso", ou seja, com o valor de aquisição zero, acrescido do valor da empreitada das obras que tem vindo a ser realizadas, a partir dos respetivos processos de obras

No exercício de 2017 e à semelhança do ano de 2013 e 2015, as vias de comunicação das freguesias de Santiago e Castelo não foram inventariadas, com a designação de "Empreitada", uma vez que já estão os Serviços a identificar e distribuir os valores das obras de beneficiação por ruas e na impossibilidade por aglomerados urbano.

Espólio documental da Biblioteca, Polos de Leitura e Bibliotecas Escolares:

Na sequência da metodologia aprovada em 2016 para inventariação do espólio documental, no corrente exercício procedeu-se à inventariação das novas aquisições, através da recolha de informação dos processos aquisitivos e respetiva faturação.

No entanto é de realçar que todo o espólio documental é objeto de controlo através de uma aplicação informática, disponível na Biblioteca Municipal.

Para o efeito foram adotados critérios de inventariação a subdivisão dos valores agrupados por cada grupo homogéneo, conta patrimonial (423), originando a inventariação de um bem móvel por cada grupo (Jogos didáticos, Discos, Filmes e Livros) por ano.

8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A lista dos "Imóveis Inventariados Sem Valor" foi criada no final do ano de 2002, por se ter inventariado com valor zero todos os imóveis que não estavam registados na Conservatória em nome do Município (total 60), com o objetivo de os fazer constar no Inventário da Autarquia embora sem qualquer projeção financeira, conforme documentação constante do processo de encerramento daquele exercício.

Entretanto, esta listagem tem sofrido alterações por já se ter conseguido regularizar a situação de alguns imóveis e por outros já terem sofrido Grandes Beneficiações, pelo que já não constam nas listagens informáticas dos Bens Com Valor Zero, continuando no entanto a sua situação "por regularizar".

Salienta-se que, no exercício de 2017, com a desanexação de uma parcela de terreno (do bem inventariado com o n.º 2), permitiu a regularização e registo da Escola Básica de Sesimbra (bem n.º 903) no terreno com o n.º 2771, nas Finanças e Conservatória.

Assim, no final deste exercício estão ainda por regularizar 52 imóveis – 28 sem valor e 24 com valores provenientes das obras realizadas nos mesmos. Para melhor clarificação, junta-se listagem dos “Imóveis por Regularizar – Sem Valor” com as devidas Notas Justificativas.

Salienta-se, relativamente a este assunto, que a Inventariação, Valorização e Registo Predial dos terrenos e dos edifícios que estão por regularizar, está dependente de procedimentos jurídicos e técnicos, continuando-se a aguardar a documentação necessária para se proceder à regularização das mesmas. Em 2016 e no sentido de regularizar o registo de alguns dos imóveis foi preparada toda a documentação relativa a 7 imóveis sítos na Fonte de Sesimbra, em Sesimbra, os quais foram objeto de análise por parte da Conservatória que em resposta informou por a documentação ser bastante antiga, e que seria necessário o desenvolvimento de um processo de justificação de direitos.

No entanto, com a publicação do Decreto-Lei n.º 51/2017 de 25/05/2017, para os bens imóveis em situação de omissão ou de incorreta ou desatualizada descrição ou inscrição nas matrizes e no registo predial, foram definidos procedimentos extraordinários de registos de bens imóveis e de regularização da situação jurídico- registral dos bens imóveis do domínio privado do Estado, dos institutos públicos, das regiões autónomas e das autarquias locais.

Face ao assunto, foi realizada uma reunião no final do ano 2017 com o Sr. Conservador, tendo este se disponibilizado em colaborar, nos processos que carecem de regularização.

Excetua-se:

- O Espaço de Eventos Culturais do Supermercado Pingo Doce loja E, na Quinta do Conde, que foi inventariado no ano 2003 com valor zero, por a Câmara Municipal apenas dispor do Direito de Uso a Título Gratuito, por 30 anos (Bem n.º 997).
- Os Emissários da Carrasqueira – Troços 1, 2 e 3 que foram inventariados no ano 2003 com valor zero por, de acordo com o CIBE, estarem sujeitos a uma taxa de amortização correspondente a uma vida útil de 20 anos e, por isso, estarem já totalmente amortizados na data da sua inventariação - construção de 1973 (Bens n.ºs. 998, 999 e 1000).
- Castelo de Sesimbra – Que foi inventariado no ano 2003 com valor zero, de acordo com o Auto cessão celebrado pelo Ministério das Finanças em 27 de março de 1940.
- A Fortaleza de Santiago – por ter sido cedida através de um Auto de Restituição, Cedência de Utilização e Aceitação, celebrado em 8/04/2010 e adenda ao memorando de Entendimento de 16/11/2012 não está sujeito a registo na Conservatória a favor do Município.

8.2.16 – Entidades Participadas

Designação	N.P.C.	Capital Social	% Partic.	Valor Participação	Resultado Líquido	Ano
(1)AMARSUL-Valoriz. Trat. Resíduos Sólidos	503876321	7.750.000,00	2,05	159.250,00	946.012,00	2016
(1)GRUTAS SRª. CABO – Activid. Turística	502079401	66.000,00	30,00	19.800,00		
MUNICÍPIA – Emp. Cart. Sistemas Informação	504475606	3.236.678,67	2,31	74.850,00	9.920,19	2017
Simarsul, Saneamento da Península de Setúbal, SA	514385901	25.000.000,00	0,32	529.585,00	2.597.642,54	2017

(1) Não nos foi atempadamente fornecida a informação em falta.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

218 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa

Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
4.718.980,82	543.401,46	281.591,71	4.980.790,57

8.2.26 – Contas de Ordem

Ver anexos

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Ver anexo

8.2.28 – Explicitação e Justificação dos Movimentos Ocorridos nas Contas da Classe 5

Conta	Balanço Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final	Observações
59111	-2.026.343,30		2.026.343,30	0,00	Aplicação RL 2016
59114	-831.326,41		464.957,46	-366.368,95	Aplicação RL 2016
59116	1.780.411,56	1.780.411,56		0,00	Aplicação RL 2016
59201	710.889,20	710.889,20			Aplicação RL 2016
			1.131.350,14		Imp. locais correcção valores em dívida na AT
		122.564,18			Amort.acum.inv.emp.anos anterior
			250.446,42	1.259.232,38	Inventariação de bens novos

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Ver anexo

8.2.31 – Demonstração de Resultados Financeiros

Ver anexo

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Ver anexo

Ano : 2017

Câmara Municipal de Sesimbra

Unidade: Euros

8.2.6. - Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Valor Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo Final
De Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1.779.099,25				1.779.099,25
Imobilizações em Curso	3.960,60		3.960,60		0,00
	1.783.059,85	0,00	3.960,60	0,00	1.779.099,25
Amortizações					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1.672.195,05	106.904,20			1.779.099,25
	1.672.195,05	106.904,20	0,00	0,00	1.779.099,25

9.

km

4

5

Ano : 2017

Câmara Municipal de Sesimbra

8.2.7. - Activo Bruto (Imobilizado Bruto)

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliajust.	Aumentos	Alienacoes	Abate	Transferencias	Doaç+tr.out.ent	Saldo Final
De Bens de Dominio Público								
Terrenos e Recursos Naturais	811.444,73	0,00	0,00	0,00	0,00	38.718,71	16.584,00	866.747,44
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções e Infra Estruturas	32.855.880,90	0,00	0,00	0,00	0,00	193.606,85	0,00	33.049.487,75
Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	2.103.561,12	0,00	326.049,99	0,00	0,00	35.918,63	0,00	2.465.529,74
Outros Bens de Dominio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	1.454.533,52	0,00	1.224.100,68	0,00	0,00	-495.573,53	0,00	2.183.060,67
Adiantamentos por conta de bens de dominio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	37.225.420,27	0,00	1.550.150,67	0,00	0,00	-227.329,34	16.584,00	38.564.825,60
De Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1.779.099,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.779.099,25
Propriedade Industrial e outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	3.960,60	0,00	0,00	0,00	3.960,60	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.783.059,85	0,00	0,00	0,00	3.960,60	0,00	0,00	1.779.099,25
De Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e Recursos Naturais	42.762.611,89	0,00	129.565,00	120.259,98	0,00	-38.718,71	115.548,84	42.848.747,06
Edifícios e Outras Construções	85.687.810,91	0,00	246.687,30	891.199,53	0,00	1.219.002,16	752.836,42	87.015.137,26
Equipamento Básico	11.122.645,28	0,00	382.626,51	0,00	13.010,53	95.535,13	0,00	11.587.796,39
Equipamento de Transporte	9.025.505,59	0,00	808.627,15	222.870,51	2.339,20	0,00	0,00	9.608.923,03
Ferramentas e Utensílios	1.178.220,66	0,00	113.229,59	0,00	2.947,33	0,00	0,00	1.288.502,92
Equipamento Administrativo	8.026.538,11	0,00	420.787,72	1.472,38	99.473,40	268.621,46	0,00	8.615.001,51
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	497.607,46	0,00	9.416,29	0,00	459,81	0,00	0,00	506.563,94
Imobilizações em Curso	720.758,88	0,00	2.617.361,92	0,00	0,00	-1.317.110,70	0,00	2.021.010,10
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	159.021.658,78	0,00	4.728.301,48	1.235.802,38	118.230,27	227.329,34	868.385,26	163.491.682,21
De Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	803.485,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	783.485,00
Obrigações e Títulos de Participação	1.621.847,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.621.847,90
Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósito em Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.425.332,90	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	2.405.332,90

Câmara Municipal de Sesimbra

Ano: 2017

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	4.718.980,82	543.401,46	281.591,71	4.980.790,57
292	Provisões para Riscos e Encargos	3.495.907,14	25.000,00	0,00	3.520.907,14
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten notes in blue ink:

1 - 1 - 2
T, 4.980.790,57

Câmara Municipal de Sesimbra

Ano: 2017

Unidade: Euros

8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	2.266.001,48		104.726,56		2.370.728,04	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	2.562,98				2.562,98	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.736.538,50		104.726,56		1.841.265,06	
09323	Prestadas por Outros Credores	526.900,00				526.900,00	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				132.974,00		132.974,00
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				137,18		137,18
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				132.836,82		132.836,82
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		2.266.001,48		104.726,56	132.974,00	2.237.754,04	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	160.304,58			2.274,97	158.029,61	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		160.304,58		0,00	2.274,97	158.029,61	
Total		2.426.306,06		104.726,56	135.248,97	2.395.783,65	

Câmara Municipal de Sesimbra

Ano: 2017

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	17.749.639,60	1.833.753,75	19.586.328,15
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	102.400,19	25.623,10	128.023,29
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
	17.852.039,79	1.859.376,85	-2.934,80	19.714.351,44
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	1.672.195,05	106.904,20	1.779.099,25
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
	1.672.195,05	106.904,20	0,00	1.779.099,25
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	4.574.605,18	450.898,76	4.904.081,95
Outras construções	48222	23.703.939,15	2.460.138,21	26.192.962,86
Equipamento básico	4823	9.544.916,16	376.247,02	9.945.895,61
Equipamento de transporte	4824	7.818.713,88	574.648,28	8.168.729,04
Ferramentas e utensílios	4825	1.068.574,79	66.127,02	1.131.754,48
Equipamento administrativo	4826	7.491.205,49	358.786,74	7.801.342,00
Taras e vestígio	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	447.144,67	15.753,89	462.438,79
	54.649.099,33	4.302.597,92	344.472,50	58.607.224,75
De Investimentos em móveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4812			
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49			
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

7.

Câmara Municipal de Sesimbra

Ano: 2017
(unidade: EUR)

(designação da autarquia local)

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	256.624,98
Compras	5.617,97	985.232,38
Regularizações de existências	0,00	-18,82
Existências finais	0,00	240.905,34
Custos no Exercício	5.617,97	1.000.933,20

mu
+ 43-
-
- 17
A

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	377.488,40	510.206,71	781	Juros obtidos	29,15	51,71
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	1.012.908,25	997.009,67
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	73.436,69	54.191,74
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	54.133,74	221.995,40
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	33.912,57	32.137,12	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	729.106,86	730.904,69	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		1.140.507,83	1.273.248,52			1.140.507,83	1.273.248,52

Handwritten signature and initials in blue ink.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2017

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	800.872,19	746.019,59	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	85.091,23	255.601,69	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	22,98	3,22	793	Ganhos em existências	4,16	33,13
694	Perdas em imobilizações	386.737,44	205.069,07	794	Ganhos em imobilizações	235.994,09	1.900,00
695	Multas e Penalidades	470,47	8.810,04	795	Benefícios de penalidades contratuais	134.721,36	135.991,02
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	281.591,71	154.819,87
697	Correções relativas a exercícios anteriores	270.862,61	85.071,74	797	Correções relativas a exercícios anteriores	269.085,18	295.643,88
698	Outros custos e perdas extraordinárias	13.426,31	101.764,26	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.131.515,45	1.124.654,15
	Resultados extraordinários	495.428,72	310.702,44				
		2.052.911,95	1.713.042,05			2.052.911,95	1.713.042,05